

1902 - Rio de Janeiro - "greve numa indústria de sapatos: é presa uma delegação de operários, que reivindica o mesmo salário por peça pago por outros empresas. O movimento foi apoiado pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. Por volta de 1903, um bom número de empresários havia aceito as demandas dos operários. Mais tarde, como a indústria tentasse desprestigiar essas concessões, inicia-se a primeira greve geral interprofissional, em agosto de 1903, que se estende aos pintores, gráficos, chapelleiros e outros; a greve é intensamente reprimida pela polícia"⁽¹²⁾

1906, 15 de maio - São Paulo - "ocorre uma das greves ferroviárias de maior vulto em todo o Estado, durante a Primeira República". ⁽¹³⁾ O motivo da greve era a semana de cinco dias (numa época em que domingos e feriados não eram remunerados) feriados durante a semana e descontos compulsórios para a Sociedade Beneficente Patronal. A empresa se recusa a negociar. Numa semana, uma tropa de cerca de 5.000 homens cerca a extensão da linha férrea de Jundiá até Rio Claro. Dirigentes das Ligas Operárias são despedidos. O movimento se expande, ganhando a adesão de outras ferrovias (como as de Campinas). O governo reage com a força realizando prisões e demitindo líderes. No início de junho a greve termina sem que nenhum dos objetivos dos grevistas tenham sido alcançados.

1917 - São Paulo - "greve de operários ligados à indústria fabril"⁽¹⁴⁾ a greve se inicia no Contonificio Crespi, onde os operários se revoltam contra o prolongamento do serviço rotundo e reagem com uma exigência de 15 a 20% de aumento salarial.

A greve vai se estendendo. Um comitê de Defesa Proletária é formado e publica um programa de quinze pontos de modo a articular as exigências dos operários e obter a adesão popular à sua causa. A polícia reage, com prisões e invasão a sedes sindicais. A paralisação se estende a 35 empresas, com cerca de 15.000 grevistas. A morte de um sapateiro de vinte e um anos, torna o clima ainda mais tenso: os bondes deixam de funcionar, os choques com as forças públicas se intensificam, há assaltos a padarias, armazéns, etc. Os representantes da indústria concordam em dar um aumento de 10%, pagar salários fixos durante cada mês, reconstruir grevistas e fazer esforços para melhorar as condições de vida dos operários. O presidente de São Paulo também se compromete a implementar providências solicitadas ao governo.

Nos primeiros anos as reações da classe dominante se expressam através da repressão (dispensas de líderes, prisões) de que a lei Adolfo Gordo (1907) promulgada para a expulsão de estrangeiros anarquistas, constitui significativo exemplo. A lei Adolfo Gordo revela uma tendência dos grupos oficiais no sentido de atribuir ao imigrante estrangeiro, a culpa pela agitação reinante no país. Esta agitação, diziam os elementos ligados à polícia e à grande imprensa, era mero produto das palavras de ordem européias e não fazia sentido que sua veiculação fosse permitida num país como o Brasil, onde havia oportunidades para todos. A lei Gordo se legitimava assim, no xenofóbismo defendido pelas classes médias e pela burguesia industrial do país na época e constitui um elemento importante para o enfraquecimento do movimento operário.

"A acusação de conspiração estrangeira que recaiu sobre as agitações sindicais foi também um fator decisivo para o